

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Edital nº 96/2025

Cargo:	Assistente em Administração	Nível	Código
		D	201

CADERNO DE QUESTÕES INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

1. Coloque sobre a mesa apenas a Caneta Esferográfica de corpo transparente, nas cores azul ou preta.
2. Confira se seus dados pessoais constantes no **CARTÃO DE RESPOSTAS** e na **FOLHA DE REDAÇÃO** estão corretos e, caso positivo, leia atentamente as instruções neles contidas. No caso de divergência, notifique imediatamente o Fiscal e solicite a presença do Chefe do Local.
3. Confira se recebeu o **CADERNO DE QUESTÕES** referente ao cargo ao qual concorre e se nele contém 55 questões objetivas, sendo 10 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Noções Básicas de Administração Pública, 35 questões de Conhecimentos Específicos e a proposta de Redação. No caso de divergência, notifique imediatamente o Fiscal e solicite a presença do Chefe do Local para que ele proceda a devida substituição no tempo regulamentar previsto para a realização da prova.
4. O candidato que não receber o **CADERNO DE QUESTÕES** referente ao cargo ao qual concorre e não solicitar a devida substituição durante o tempo regulamentar de realização da prova, ou solicitar a substituição após ter deixado a sala de sua realização, terá o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** corrigido de acordo com as respostas nele assinaladas.
5. Cada questão objetiva proposta apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma delas a correta.
6. No **CARTÃO DE RESPOSTAS**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois será atribuída pontuação zero a toda questão sem opção assinalada ou com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
7. Sob pena de eliminação do Concurso, não faça uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos, ou porte qualquer dispositivo eletrônico que sirva para consulta ou comunicação.
8. O tempo para realização da Prova Objetiva é de, no mínimo, 1h30min (**uma hora e trinta minutos**) e de, no máximo, 4h30min (**quatro horas e trinta minutos**). Os candidatos poderão levar o **CADERNO DE QUESTÕES** faltando 1 (**uma**) hora para o término da prova, com a devida autorização do Fiscal.
9. Para preencher o **CARTÃO DE RESPOSTAS** e a **FOLHA DE REDAÇÃO**, use apenas caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
10. Ao término da prova, entregue ao Fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS** assinado e com a frase constante desta capa transcrita no Campo apropriado. Entregue também a **FOLHA DE REDAÇÃO**. A não entrega desses documentos, implicará a sua eliminação do Concurso.

FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO QUADRO
“EXAME GRAFOTÉCNICO”

Nós somos as nossas escolhas.

Jean-Paul Sartre

Parte I: Língua Portuguesa

Texto 1

As mulheres e o eterno mas...



MAITENA. *Mulheres Alteradas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. p. 36

01 Maitena é uma cartunista argentina reconhecida pela temática feminista em suas tirinhas.

O título da tirinha “As mulheres e o eterno mas...” sugere uma crítica

- (A) ao suposto hábito recorrente de insatisfação feminina.
- (B) à suposta dificuldade feminina de empregar conjunções variadas.
- (C) ao suposto erro no emprego das conjunções.
- (D) às supostas atitudes das mulheres de antigamente.
- (E) ao suposto fato de as mulheres estarem sempre se divertindo.

02 As reticências que finalizam o título “As mulheres e o eterno mas...” se justificam por

- (A) reproduzir o corte de fala do enunciador por outro personagem.
- (B) assinalar inflexão emocional de entusiasmo.
- (C) indicar uma ideia que vai além do enunciado.
- (D) marcar suspensão provocada por surpresa de quem fala.
- (E) sugerir que o enunciador fala um segredo.

03 A conjunção “mas”, presente em todos os quadrinhos, veicula ideia de

- (A) reforço
- (B) finalidade
- (C) condição
- (D) adição
- (E) oposição

Texto 2

VEJA O MANUAL PRÁTICO DE VIRAR 'MÃE DA SUA MÃE'

Martha Medeiros

Ao me visitar, uma amiga trouxe um vinho e o livro “A minha mãe é a minha filha”, de Valter Hugo Mãe. Uma edição minúscula, menos de 50 páginas, que trata sobre a relação do autor com sua progenitora. Minúscula no tamanho, claro, pois o assunto é da maior grandeza.

Minha amiga e eu estamos passando pela mesma situação: nossas mães, que tão bem nos cuidaram na infância e na adolescência, agora precisam segurar na nossa mão para atravessar essa rua assustadora chamada velhice. Valter Hugo Mãe é só doçura em seu texto e faz tudo parecer um piquenique no parque com a matriarca. De fato, que oportunidade fabulosa de ficarmos mais próximos delas e retribuir o tanto que fizeram por nós.

Na prática, porém, é um tsunami, que o digam as mulheres na faixa dos 50 e 60 que tinham outros planos.

Em tese, perfeito: os papéis se invertem, o ciclo se fecha e o amor vence no final.

Ninguém deseja, aos 60 anos, já ter perdido os pais. Quem tem a sorte de ainda tê-los, sabe que eles, depois dos 80, correm riscos atrás de um volante, mal conseguem caminhar sozinhos e a ida ao mercado vira um passeio na selva. Não todos: muitos mantêm-se autônomos, mesmo em idade avançada. Cada pessoa tem seu próprio prazo de validade, e é um privilégio quando se consegue chegar tão longe sem depender dos outros. Mas não é a norma.

Dezenas de perguntas nos invadem. Terapeutas, acudam. Amor existe de sobra, mas com pitadas de impaciência, tempero que não é bem-vindo nesta receita. Por enquanto, um elemento tem facilitado a jornada dos Medeiros: o bom humor. Minha família nunca foi de fazer drama. Vamos rindo enquanto dá para rir, e assim todos se ajudam. Talvez esteja aí a beleza do caos: reconhecer que todos os envolvidos precisam de ajuda, e vivenciar a troca de papéis com a leveza

necessária, sem ficar apostando em quem vai pirar primeiro.

Disponível em <https://oglobo.globo.com/ela/martha-medeiros/coluna/2025/04/veja-o-manual-pratico-de-virar-mae-da-sua-mae.ghml> Acesso em: 07 maio 2025. Fragmento adaptado.

04 Martha Medeiros, autora do texto “Veja o manual prático de virar ‘mãe da sua mãe’”, é uma das melhores cronistas brasileiras da atualidade. Para descrever a relação dos filhos com a velhice das mães, Martha emprega vários recursos linguísticos, dentre os quais

- (A) o objeto direto: “Na prática, porém, é um tsunami (...)” (Linha 17)
- (B) o sujeito indeterminado: “Terapeutas, acudam.” (Linhas 32-33)
- (C) o adjunto adnominal: “(...) nossas mães, que tão bem nos cuidaram na infância e na adolescência, agora precisam segurar na nossa mão (...)” (Linhas 8-10)
- (D) o aposto: “Amor existe de sobra, mas com pitadas de impaciência, tempero que não é bem-vindo nesta receita.” (Linhas 33-35)
- (E) a oração adjetiva: “De fato, que oportunidade fabulosa (...)” (Linhas 13-14)

Leia o trecho para responder às questões **05** e **06**.

“Ao me visitar, uma amiga trouxe um vinho e o livro ‘A minha mãe é a minha filha’, de Valter Hugo Mãe. Uma edição minúscula, menos de 50 páginas, que trata sobre a relação do autor com sua progenitora. Minúscula no tamanho, claro, pois o assunto é da maior grandeza.” (Linhas 1-6)

05 A oração “Ao me visitar”, sublinhada no enunciado “Ao me visitar, uma amiga trouxe um vinho e o livro ‘A minha mãe é a minha filha’, de Valter Hugo Mãe” (Linhas 1-3), veicula ideia de

- (A) modo
- (B) tempo
- (C) espaço
- (D) causa
- (E) consequência

06 No trecho, é exemplo de recurso linguístico próprio de retomada coesiva o emprego de

- (A) pronome oblíquo: “Ao me visitar...”, referindo-se à Martha Medeiros.
- (B) pronome possessivo: “...com sua progenitora”, referindo-se a “o livro ‘A minha mãe é a minha filha’”.
- (C) pronome relativo: “...que trata sobre a relação do autor com sua progenitora”, referindo-se a “Uma edição minúscula, menos de 50 páginas”.

- (D) artigo definido: “...o assunto é da maior grandeza”, referindo-se a “assunto”.
- (E) artigo indefinido: “...uma amiga trouxe um vinho e o livro ‘A minha mãe é a minha filha’, de Valter Hugo Mãe”, referindo-se à narradora.

07 Pode-se dizer que o verbo “virar”, em “... e a ida ao mercado vira um passeio na selva” (Linhas 25-26) é

- (A) transitivo direto
- (B) intransitivo
- (C) transitivo indireto
- (D) de ligação
- (E) transitivo direto e indireto

08 São exemplos, respectivamente, de derivação sufixal e regressiva as palavras sublinhadas em:

- (A) “...o assunto é da maior grandeza” (Linha 6) – “os envolvidos precisam de ajuda” (Linhas 40-41)
- (B) “...é um privilégio...” (Linha 29) - “...que trata sobre a relação...” (Linha 4)
- (C) “...faz tudo parecer um piquenique...” (Linhas 12-13) - “Uma edição minúscula...” (Linha 3)
- (D) “...com pitadas de impaciência...” (Linhas 33-34) – “...tempero que não é bem-vindo...” (Linha 34)
- (E) “...é um tsunami...” (Linha 17) – “...com a leveza necessária...” (Linhas 41-42)

Leia o fragmento seguinte para responder à questão **09**:

“Cada pessoa tem seu próprio prazo de validade, e é um privilégio quando se consegue chegar tão longe sem depender dos outros. Mas não é a norma.” (Linhas 28-31)

09 No enunciado “e é um privilégio quando se consegue chegar tão longe sem depender dos outros” (Linhas 29-31), o emprego do “se” indica:

- (A) realce de termo
- (B) reflexividade do sujeito
- (C) indeterminação do sujeito
- (D) passividade do sujeito
- (E) marca de condição

10 Considerando o enunciado “Na prática, porém, é um tsunami...” (Linha 17), assinale a opção em que a troca do conectivo MANTÉM o sentido do texto:

- (A) Na prática, por conseguinte, é um tsunami.
- (B) Na prática, no entanto, é um tsunami.
- (C) Na prática, porquanto, é um tsunami.
- (D) Na prática, consoante, é um tsunami.
- (E) Na prática, portanto, é um tsunami.

Parte II: Noções de Administração Pública

11 Visando a um atendimento de excelência, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de diversos mecanismos para garantir a eficiência e o controle da qualidade do serviço público prestado. Assim, para evitar a morosidade e a ineficiência nos processos, é assegurado ao administrado

- (A) a dilação indevida na resolução dos litígios.
- (B) o retardamento abusivo da prestação jurisdicional.
- (C) a burocratização dos procedimentos no serviço público.
- (D) a celeridade de tramitação apenas dos processos judiciais.
- (E) a razoável duração do processo, no âmbito judicial e administrativo.

12 A pluralidade de ideias, o respeito às divergências, a publicidade do exercício do poder e a certeza de que o poder será acessível a todos e exercido de forma precária e transitória, são características do(a)

- (A) cidadão.
- (B) totalitarismo.
- (C) democracia.
- (D) moral.
- (E) ética.

13 Segundo as Regras Deontológicas contidas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, ele terá que decidir, principalmente, entre

- (A) o legal e o ilegal.
- (B) o justo e o injusto.
- (C) o conveniente e o inconveniente.
- (D) o oportuno e o inoportuno
- (E) o honesto e o desonesto.

14 Considere que um servidor público da administração autárquica federal, ocupante de cargo público efetivo, tenha sido eleito para um mandato eletivo federal. Nesse caso, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, no exercício do mandato o referido servidor:

- (A) ficará afastado de seu cargo.
- (B) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (C) receberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (D) será demitido de seu cargo.
- (E) será exonerado de seu cargo, a bem do serviço público.

15 Considerando o que prevê a Constituição Federal acerca dos princípios fundamentais, é correto afirmar que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é

- (A) a defesa da paz.
- (B) a dignidade da pessoa humana.
- (C) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (D) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (E) a autodeterminação dos povos.

16 Um técnico-administrativo da Universidade Federal Fluminense – UFF, funcionário público de carreira, decidiu intencionalmente atrasar a expedição do diploma de graduação de um aluno da universidade, com a intenção de prejudicá-lo, já que o aluno seria seu desafeto pessoal. Diante do atraso, o estudante teve problemas para assumir o cargo público para o qual havia sido aprovado em concurso público, e por isso decidiu denunciar o caso perante as autoridades. Nessa hipótese, a conduta do funcionário

- (A) é penalmente relevante, podendo configurar o crime de concussão.
- (B) é penalmente relevante, podendo configurar o crime de prevaricação.
- (C) é penalmente relevante, podendo configurar o crime de corrupção passiva.
- (D) é penalmente relevante, podendo configurar o crime de violência arbitrária.
- (E) não tem relevância penal, podendo configurar apenas infração administrativa-disciplinar.

17 Acerca dos atos de improbidade administrativa e a Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas tipificadas na Lei nº 8.429/1992.
- (B) pratica ato de improbidade administrativa o agente público que se omite, fundamentado em interpretação divergente da lei, baseada em jurisprudência não pacificada e minoritária.

- (C) o estagiário de órgão público, sem remuneração, não está inserido na definição de agente público para fins de responsabilização por improbidade administrativa.
- (D) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (E) o agente público que ordena ou permite a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento comete ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

18 Suponha que um servidor público federal, decida gozar férias de 30 (trinta) dias no mês de dezembro. Nesse caso, segundo a Lei nº 8.112/1990, ele terá direito a receber, além do vencimento, as seguintes vantagens:

- (A) Adicional noturno e ajuda de férias.
- (B) Ajuda de custo e gratificação de férias.
- (C) Gratificação natalina e adicional de férias.
- (D) Indenização de transporte e diárias de férias.
- (E) Décimo terceiro salário e indenização de férias.

19 Um servidor público federal foi acusado de ter praticado o crime de corrupção. Diante disso, contra ele foi ajuizada ação penal no foro competente, bem como foi instaurado processo disciplinar no órgão público onde ele exerce suas funções. É certo que a ação penal teve um trâmite rápido, encerrando-se com a absolvição criminal do servidor com o argumento de inexistência do fato. A ação penal transitou em julgado poucos dias depois, sem recurso das partes. Enquanto isso, o processo disciplinar continuava em andamento.

Em vista dessa situação, é possível dizer que

- (A) o processo disciplinar deve se encerrar, sem punição ao servidor, já que a sua responsabilidade administrativa será afastada, considerando que ele foi absolvido da acusação criminal, que negou a existência do fato.
- (B) o processo disciplinar deve se encerrar, sem punição ao servidor, já que a sua responsabilidade administrativa será afastada, considerando que a absolvição criminal ocorreu em razão da exclusão da culpabilidade do agente pela inimizabilidade do fato.
- (C) há independência entre as instâncias penal e administrativa, devendo o processo disciplinar seguir seu trâmite normal, apesar da absolvição criminal do servidor.

- (D) há independência entre as instâncias penal e administrativa, de modo que a absolvição criminal do servidor não acarretou, necessariamente, influência na esfera administrativa.
- (E) o servidor deveria ser condenado, tanto criminal, como administrativamente, pela corrupção cometida.

20 Sobre o instituto do chamamento público, previsto na Lei nº 13.019/2014 (Parcerias entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil), é correto afirmar que

- (A) por sua simplicidade, o chamamento público não exige a publicação de edital.
- (B) a homologação gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.
- (C) é facultativa a justificativa quando for selecionada proposta que não seja a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público.
- (D) será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social.
- (E) a administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias.

Parte III: Conhecimentos Específicos

21 Considere os elementos do ato administrativo. O círculo definido por lei dentro do qual podem os agentes públicos exercer legitimamente sua atividade, corresponde ao elemento

- (A) forma.
- (B) objeto.
- (C) competência.
- (D) motivação.
- (E) motivo.

22 A Administração Pública comete equívocos no exercício de sua atividade, o que de certa forma não é raro, considerando as múltiplas tarefas a seu cargo. Defrontando-se com esses erros, no entanto, pode ela mesma revê-los para restaurar a situação de regularidade, mesmo sem a provocação de terceiros. Antes de configurar mera faculdade, trata-se em verdade de um dever, pois que não se pode admitir que, diante de situações irregulares, a Administração permaneça inerte e

desinteressada. Diante desse contexto, considerando os princípios administrativos, é certo que estamos falando do princípio da

- (A) autotutela.
- (B) impessoalidade.
- (C) indisponibilidade.
- (D) supremacia do interesse público.
- (E) continuidade dos serviços públicos.

23 Nos termos da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99), são direitos dos administrados, nos processos administrativos em que ele tenha a condição de interessado, EXCETO

- (A) ter vista dos autos.
- (B) conhecer as decisões proferidas.
- (C) agir de modo urbano e temerário.
- (D) obter cópias de documentos neles contidos.
- (E) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

24 A chefia imediata de um servidor público federal delegou a ele a decisão de alguns recursos administrativos apresentados por interessados dentro de processos administrativos do órgão onde atua. Vale dizer que referido servidor apenas recepciona e distribui os processos administrativos, não sendo de sua competência primária a decisão de recursos administrativos. Considerando o caso apresentado, é correto afirmar que esse servidor

- (A) não poderá decidir os recursos administrativos porque esta competência é indelegável.
- (B) poderá decidir os recursos administrativos, e poderia também editar atos de caráter normativo.
- (C) poderá decidir os recursos administrativos, mas não poderia lidar com matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- (D) poderá decidir os recursos administrativos, desde que o ato de delegação da competência seja publicado no meio oficial.
- (E) poderá decidir os recursos administrativos, sem prejuízo para a chefia imediata, já que o ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

25 O princípio da vinculação ao edital está relacionado à seguinte temática:

- (A) atos e processos administrativos.
- (B) tomada de preços e negócio jurídico.
- (C) licitações e contratos administrativos.
- (D) convênios e consórcios administrativos.
- (E) terceiro setor e carta convite.

26 Considere o seguinte caso concreto: a Universidade Federal Fluminense – UFF deseja associar-se a outra entidade pública que tenha interesses comuns aos seus, particularmente ensino e pesquisa. O objetivo é a realização de um estudo de interesse de ambas as instituições, mediante mútua colaboração, obtendo-se um resultado comum a ser usufruído por todos os participantes. Diante desse caso, o instrumento mais adequado a ser celebrado entre as referidas instituições é o(a)

- (A) concessão administrativa.
- (B) contrato de gestão.
- (C) parceria público-privada - PPP.
- (D) convênio.
- (E) empreitada.

27 A respeito das autarquias, é correto afirmar que

- (A) são pessoas jurídicas criadas por meio de ato administrativo e que possuem personalidade jurídica de direito público.
- (B) são pessoas jurídicas criadas por meio de lei pelo Estado para execução de determinadas tarefas de seu interesse.
- (C) são entidades criadas por meio de lei para desempenhar funções de caráter econômico, típicas do Estado.
- (D) integram a Administração Direta e possuem personalidade jurídica de direito privado.
- (E) são órgãos integrantes da Administração Indireta, criados por delegação contratual.

28 Suponhamos que um ente público precise realizar uma compra de materiais de escritório no valor de R\$ 20.000(vinte mil reais). Nesse caso, considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, a contratação do fornecedor se dará

- (A) por meio da modalidade de licitação registro cadastral, em razão da natureza comum dos bens adquiridos.
- (B) por meio da modalidade de licitação tomada de preços, em razão da natureza especial dos bens adquiridos.
- (C) por meio da modalidade de licitação leilão, em razão da natureza comum dos bens adquiridos.

- (D) de forma direta, uma vez que é inexigível a licitação em razão do valor da compra.
(E) de forma direta, uma vez que a licitação é dispensável em razão do valor da compra.

29 Considerando o processo licitatório, os atos nele praticados e sua instrução, é certo dizer que

- (A) em face dos princípios da publicidade e da competitividade, os atos praticados no processo licitatório são sempre públicos.
(B) os atos serão exclusivamente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.
(C) é proibida a apresentação de cópias de documentos com reconhecimento de firma em cartório, devendo ser apresentados os documentos originais.
(D) no processo de licitação poderá ser estabelecida margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
(E) o desatendimento de exigências formais, ainda que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

30 O regime jurídico dos contratos, instituído pela Lei nº 14.133/2021, confere à Administração, em relação a eles, algumas prerrogativas, de modo que exista uma relação de verticalidade no contrato administrativo celebrado entre a Administração e o particular. Com efeito, configuram cláusulas exorbitantes a possibilidade de a Administração, com relação ao contrato administrativo celebrado:

- I fiscalizar sua execução
II extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados na referida lei
III aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste
IV modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado

Estão corretas:

- (A) I e II, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) III e IV, apenas.
(D) I, II e III, apenas.
(E) I, II, III e IV.

31 Um aluno de uma universidade pública federal necessita acessar informações relativas a ele, constantes do banco de dados da universidade. Ocorre que, realizado o pedido formal administrativamente junto à seção específica na instituição, o pedido foi recusado, em decisão que denegou os argumentos expostos. Diante da negativa, o referido aluno buscou um advogado, que ajuizou ação específica para acesso aos dados pleiteados. A referida ação chama-se

- (A) *habeas data* e é gratuita.
(B) *habeas data* e é paga, sendo cobrado o valor das custas e honorários respectivos.
(C) *habeas corpus* e é gratuita.
(D) *habeas corpus* e é paga, sendo cobrado o valor das custas e honorários respectivos.
(E) mandado de injunção e haverá pagamento apenas em caso de recurso à segunda instância.

32 Sobre o regime de previdência social disciplinado pela Constituição Federal, é certo que o servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, é abrangido pelo regime

- (A) geral, de caráter satisfatório e proporcional.
(B) próprio, de caráter contributivo e solidário.
(C) de aposentadoria voluntária aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
(D) de aposentadoria compulsória aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
(E) de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, desde que tenha contribuído por trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher.

33 A respeito das universidades, a Constituição Federal prevê que elas

- (A) admitem o acesso ao ensino obrigatório e gratuito na condição de direito privado objetivo.
(B) estão sujeitas à progressiva restrição do ensino superior gratuito, com a consequente ampliação de oferta de vagas em instituições privadas, no prazo de dez anos a contar da publicação da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.
(C) gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

- (D) têm o dever legal de separar ensino, pesquisa e extensão.
- (E) são obrigadas a admitir, em seu quadro de pessoal, pelo menos 5% (cinco por cento) de professores, técnicos ou cientistas estrangeiros.

34 O Sistema Nacional de Cultura, disciplinado na Constituição Federal

- (A) fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac/Lei Rouanet).
- (B) rege-se pelos princípios da uniformidade das expressões culturais e do acesso aos serviços culturais públicos restrito aos jovens e às pessoas de baixa renda.
- (C) institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura com o objetivo de promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.
- (D) é organizado em regime de cooperação, de forma centralizada e sem a participação de terceiros não previstos em lei.
- (E) é constituído, em sua estrutura, de órgãos gestores da cultura e do Sistema Único de Saúde.

35 Considere a temática sobre planejamento, orçamento e finanças públicas. A legislação Y é responsável por estabelecer parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual. É o planejamento imediato para o exercício financeiro seguinte, ficando estabelecidas as metas e prioridades da Administração Pública para o período.

Dessa forma, Y corresponde ao(à):

- (A) Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
- (B) Código Tributário Nacional – CTN.
- (C) Plano Plurianual – PPA.
- (D) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
- (E) Lei Orçamentária Anual – LOA.

36 Os materiais de consumo de uma repartição pública são bens móveis utilizados na realização dos serviços públicos. Sendo assim, são classificados como bens

- (A) de uso especial, e por isso inalienáveis de regra, enquanto mantiverem sua afetação a fins públicos.
- (B) de uso especial, e por isso penhoráveis de regra, enquanto mantiverem sua afetação a fins particulares.
- (C) de uso comum, e por isso inalienáveis de regra, enquanto mantiverem sua afetação a fins públicos.

- (D) de uso comum, e por isso impenhoráveis de regra, enquanto mantiverem sua afetação a fins públicos.
- (E) dominicais, e por isso imprescritíveis de regra, enquanto mantiverem seu estado de desafetação a fins públicos.

37 Considere a concessão de um serviço público a uma empresa privada. Do princípio da continuidade do serviço público decorre que o serviço não pode parar, impondo-se prazos rigorosos ao contraente e o reconhecimento de privilégios para a Administração.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o usuário deve receber o serviço adequado e ininterrupto ficando, portanto, proibida a greve de funcionários destas empresas ou de funcionários públicos vinculados, que possa afetar o funcionamento normal do serviço, ainda que não essencial.
- (B) caracteriza-se como descontinuidade do serviço essencial concedido a sua interrupção por grevistas em instituição de ensino, que paralisam particularmente o ensino de disciplinas em sala de aulas.
- (C) caracteriza-se como descontinuidade do serviço a sua interrupção, ainda que motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.
- (D) não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, mesmo sem motivo declarado.
- (E) não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

38 Como meio de controle administrativo, temos a via administrativa, decorrendo dela o princípio pelo qual os agentes de grau superior têm o poder fiscalizatório e revisional sobre agentes de grau menor. Trata-se do(a)

- (A) hierarquia judicial.
- (B) hierarquia orgânica.
- (C) direito de petição.
- (D) direito de livre arbítrio.
- (E) recurso extraordinário.

39 Acerca do controle judicial da Administração Pública, exercido por meio de súmula vinculante, é correto afirmar que

- (A) a nomeação do cônjuge ou de parente em linha reta para ocupar função gratificada na Administração Pública direta ou indireta, é permitida na Constituição Federal.
- (B) ainda que mediante provocação, os juízes não podem interferir nas decisões vinculadas da Administração Pública.
- (C) a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- (D) será cabível ação civil pública para defesa do meio ambiente e do patrimônio público e social.
- (E) não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos.

40 Uma dada Unidade Universitária na Universidade Federal Fluminense (UFF), além de ensino e pesquisa básicos, ministra disciplinas, para a formação de profissionais na área de sua respectiva especialidade. Considerando o Estatuto da UFF, é correto afirmar que essa Unidade Universitária é um(a)

- (A) Diretoria.
- (B) Departamento.
- (C) Escola.
- (D) Instituto.
- (E) Faculdade.

41 Nos termos do Estatuto da Universidade Federal Fluminense, aprovar o orçamento da Universidade, por proposta apresentada pela Reitoria, com base nos estudos elaborados por seus órgãos técnicos, é atribuição do(a)

- (A) Diretoria da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.
- (B) Diretoria Universitária.
- (C) Conselho Universitário.
- (D) Conselho de Curadores.
- (E) Departamento de Ensino e Pesquisa.

42 Desde 1º de janeiro de 2025 o desenvolvimento do servidor da educação na carreira ocorrerá pela mudança de padrão de vencimento, mediante certos instrumentos previstos em lei. Considerando a Estruturação do Plano de Carreiras da Administração Pública dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada doze meses de efetivo

exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, representa o instrumento do(a)

- (A) ascensão.
- (B) progressão por mérito.
- (C) processo administrativo disciplinar.
- (D) aceleração da progressão por capacitação.
- (E) avaliação periódica proporcional de desempenho.

43 Ao longo do tempo, as teorias da administração contribuíram para o desenvolvimento de métodos e técnicas administrativas que visam otimizar o funcionamento das organizações e o desempenho dos seus colaboradores. Nesse contexto, suponha que um órgão público tem encontrado resistência entre os servidores para implementar um novo sistema tecnológico. Decidiu-se então por realizar uma dinâmica de grupo com os servidores, realçando suas competências socioemocionais, como liderança, capacidade de trabalho em grupo e organização, para ao fim iniciar a implementação da nova tecnologia. Diante desse quadro, pode-se dizer que para melhor administrar aquele órgão, sua gestão observou a teoria do(a)(s)

- (A) taylorismo.
- (B) fordismo social.
- (C) contingenciamento.
- (D) administração científica.
- (E) relações humanas.

44 Dentro da organização do trabalho surge a departamentalização, técnica de gestão que

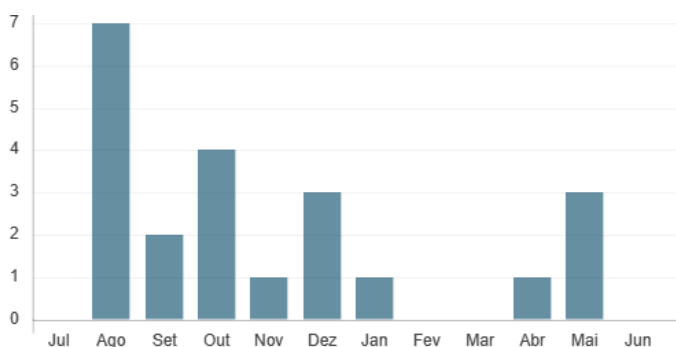
- (A) agrupa as atividades da organização de forma lógica e racional, buscando sempre a maior eficiência possível, sendo conhecida como “especialização horizontal” porque cada departamento possui profundo conhecimento das suas atividades.
- (B) dentre as classificações possíveis, pode ser classificada como departamentalização por projeto, a qual divide a instituição em departamentos com base em regiões geográficas, havendo uma “especialização vertical”, já que cada departamento detém heterogeneidade de funções.
- (C) organiza a instituição em departamentos, estimulando-se a competição entre eles, sendo possível e desejável a duplicidade de execução de funções, com o fim de favorecer a competitividade e o desenvolvimento da instituição.
- (D) permite que uma atividade possa ser executada e controlada pelo mesmo departamento, já que o departamento possui maior conhecimento do

assunto com o qual lida, sem que haja conflito de interesses.

- (E) prevê que as tarefas dentro do departamento não possuem identidade entre si.

45 Considere o seguinte gráfico que organiza o trabalho de conclusão de relatórios em um órgão público:

RELATÓRIOS CONCLUÍDOS – 2024/2025



Disponível em:
<<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/7206>>.
Acesso em 02 jun 2025.

De acordo com o gráfico apresentado, é correto afirmar que

- (A) em fevereiro/2025 não houve conclusão de relatórios por causa do feriado de carnaval.
(B) entre novembro/2024 e abril/2025, inclusive, o número de relatórios concluídos foi seis.
(C) entre março/2025 e junho/2025, inclusive, o número de relatórios concluídos foi zero.
(D) o número de relatórios concluídos no mês de outubro/2024 foi um.
(E) o número de relatórios concluídos no mês de maio/2025 foi dois.

46 Considere os elementos integrantes das relações humanas de trabalho. O elemento Y atua como a espinha dorsal dessas relações. É por meio dele que a direção expressa suas expectativas, fornece *feedback* e constrói um ambiente de confiança. Ademais, o aprimoramento do elemento Y é fundamental para a motivação dos colaboradores, pois eles se sentem ouvidos, compreendidos e parte integrante dos processos. A sua falta, por outro lado, pode gerar ruídos, desinformação e, consequentemente, desmotivação e conflitos.

Diante disso, conclui-se que Y corresponde ao elemento

- (A) chefia.
(B) ecossistema.
(C) burocracia.
(D) comunicação.
(E) organização.

47 De acordo com o Decreto nº 9758/2019, o pronome de tratamento adequado a ser utilizado na comunicação com agentes públicos federais, independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião, é

- (A) Ilustríssimo.
(B) Sua Excelência.
(C) Vossa Excelência.
(D) Vossa Senhoria.
(E) Senhor.

48 Nos termos do Manual de Redação da Presidência da República, quanto à formatação na redação oficial,

- (A) usa-se o itálico para realce de palavras e trechos.
(B) usa-se o negrito para realce de palavras e trechos.
(C) emprega-se o sublinhado em palavras e expressões em latim ou em outras línguas estrangeiras não incorporadas ao uso comum na língua portuguesa.
(D) utilizam-se os parênteses para realçar palavras e trechos em comunicações oficiais.
(E) as aspas são empregadas para intercalar, em um texto, explicações, indicações, comentários ou observações.

49 As pessoas integrantes da Administração Pública se comunicam diariamente entre si ou com terceiros por meio oficial, sendo o padrão ofício adotado de regra para essas comunicações. Com efeito, os ofícios são atos administrativos formais, de intensa utilização na rotina administrativa, merecendo toda a atenção do servidor público. É certo que para todas as modalidades de comunicação oficial no padrão citado, o Manual de Redação da Presidência da República estabeleceu, para autoridades de mesma hierarquia do remetente ou de hierarquia inferior, o emprego do seguinte fecho para comunicações:

- (A) Agradecidamente,
(B) Respeitosamente,
(C) Atenciosamente,
(D) Obrigado,
(E) Renovamos os votos de grande estima e consideração,

50 A contagem física e registro de todos os produtos e insumos armazenados em uma empresa/instituição é um processo essencial para o controle do estoque, gestão de custos e planejamento de produção. Na administração de materiais, esse processo corresponde ao

- (A) passivo de custo de uma empresa/instituição.
- (B) credenciamento de estoque.
- (C) almoxarifado de insumos.
- (D) inventário de materiais.
- (E) cadastro de credores.

51 Para a realização de compras de bens comuns, a Administração Pública atualmente recorre, via de regra, ao(à)

- (A) licitação, prevista na Lei nº 14.133/2021.
- (B) licitação, prevista na Lei nº 8.666/1993.
- (C) concurso, previsto na Lei nº 8.987/1995.
- (D) concurso, previsto na Lei nº 13.019/2014.
- (E) diálogo competitivo, conforme previsto na Lei nº 14.662/2023.

52 Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Poder Público está proibido de transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, EXCETO

- (A) quando a transferência não for respaldada em contratos ou convênios, tampouco em instrumentos congêneres.
- (B) nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições da LGPD.
- (C) para empresas públicas que atuam em regime de livre concorrência no mercado, quando a informação for classificada como reservada pelo prazo máximo de dez anos.
- (D) em casos de execução centralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para os fins da LGPD.
- (E) na hipótese de a transferência dos dados objetivar a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, nestes casos ficando permitido o tratamento também para outras finalidades, considerando que o sigilo já foi quebrado.

53 Considere a política nacional de arquivos públicos e privados. Os documentos públicos de valor histórico, probatório e informativo, cuja preservação se faz necessária em definitivo, são considerados

- (A) permanentes, caracterizados por serem inalienáveis e imprescritíveis.
- (B) permanentes, caracterizados por serem alienáveis e prescritíveis.
- (C) intermediários, caracterizados por serem de uso comum do povo.
- (D) correntes, caracterizados por serem impenhoráveis e dominicais.
- (E) correntes, caracterizados por serem penhoráveis e de uso especial.

54 O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão colegiado instituído no âmbito do Arquivo Nacional e criado por lei, tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados. Segundo o regulamento atual da lei da política nacional de arquivos, são membros conselheiros do CONARQ:

- (A) um representante do Poder Legislativo Federal.
- (B) dois representantes do Poder Judiciário Federal.
- (C) dois representantes dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal.
- (D) três representantes das instituições mantenedoras de curso superior de arquivologia.
- (E) quatro representantes de instituições de ensino e pesquisa, organizações ou instituições com atuação na área de tecnologia da informação e comunicação, arquivologia, história ou ciência da informação.

55 No contexto do arquivamento documental, a indexação de documentos

- (A) consiste na análise detalhada e otimizada do conteúdo do documento, transformando-o automaticamente em um resumo, com o fim de pesquisa científica.
- (B) é utilizada para a produção, guarda eventual, guarda permanente e eliminação de um documento.
- (C) serve para identificar e descrever o conteúdo do documento por meio de inteligência artificial.
- (D) auxilia a busca e recuperação de documentos em sistemas de gestão integrados, uma vez que organiza todos os arquivos identificados como intermediários, dando-lhes destinação final adequada.
- (E) facilita e agiliza a busca e recuperação de documentos em sistemas de gestão documental, na medida em que atribui palavras-chave ou tags a um documento.

PROVA DE REDAÇÃO NO VERSO

Parte IV: PROVA DE REDAÇÃO

Texto 1

“A cultura salva”: sambista Adriana Araújo conta como é a realidade das artistas negras em BH

Ana Carolina Vasconcelos

Crescida na Pedreira Prado Lopes, uma das maiores e mais antigas favelas de Belo Horizonte, Adriana Araújo é um dos nomes que vêm ganhando cada vez mais destaque na cena do samba da capital mineira. Negra de pele retinta, ela conta que não são poucas as barreiras enfrentadas pelas mulheres pretas que fazem da cultura sua profissão e palco de resistência. Ainda assim, Adriana destaca o papel da arte na formação de quem ela é hoje: “A cultura, a arte e a música têm um papel social muito importante e faz com que a gente abra não só a mente, mas também os olhos. Ela nos ajuda a enxergar outros horizontes, outras possibilidades”, conta a sambista e compositora. “O nosso papel político é de extrema importância. Eu estava conversando sobre isso com uma pessoa há um tempo. Eu ainda não tinha me atinado dessa posição – eu, meu corpo, minha arte – ser política. Porque nós, mesmo não querendo ou não sabendo ser, somos seres políticos.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/16/a-cultura-salva-sambista-adriana-araujo-Conta-como-e-a-realidade-das-artistas-negras-em-bh/>. Acesso em: 13 jun. 2025. Fragmento adaptado.

Texto2

Na Cultura, o Centro está em Toda Parte

Martin Grossmann (USP)

A cultura e as artes têm papel fundamental na consolidação democrática do País e no enfrentamento de questões urgentes. As relações sociais precisam ser qualificadas por meio do fomento a valores civilizatórios e democráticos, e o potencial emancipatório da cultura é elemento a ser estimulado. Expandir os limites do possível, vislumbrar futuros possíveis e não apenas responder às urgências do presente com um horizonte já dado e limitado, mas operar com criatividade, labilidade, crítica e experimentação, predicados inerentes às artes e à cultura.

As dinâmicas culturais contemporâneas são fruto da efervescência de práticas alavancadas por grupos diversos, vinculadas a questões de gênero, raça, etnias, classe, território, cosmologias, dentre outras; espaço conflituoso em que a invenção coletiva de valores, símbolos, comportamentos e ideias evidencia a multiplicidade de sentidos e a disputa em torno de pautas e epistemologias diversas. Cultura, portanto, é complexidade.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/qual-o-papel-da-cultura-e-das-artes-em-uma-sociedade-democratica/>. Acesso em: 13 jun. 2025. Fragmento adaptado.

A cultura pode ser definida como um conjunto de práticas, objetos, relações, valores e costumes característicos de um grupo social. Presente na vida em sociedade, ela molda a maneira como enxergamos o mundo. Seja ela expressa rotineiramente por rituais e comportamentos, seja difundida pelas artes e instituições (escolas, museus, mídias, entre outras), constrói a identidade dos indivíduos e o modo de viver da sociedade.

A partir da leitura dos textos motivadores e de seu conhecimento sobre o assunto, elabore um **texto predominantemente argumentativo** para desenvolver o seguinte tema:

O papel social da cultura no Brasil

Para defender seu ponto de vista, use argumentos consistentes e bem encadeados.

O texto deverá ser produzido na modalidade culta da língua portuguesa, ter de 20 a 25 linhas e estar legível. (Atenção! Verifique se a redação apresenta, no mínimo, 20 linhas preenchidas, a fim de que seja corrigida.)



Universidade Federal Fluminense

RASCUNHO DA REDAÇÃO
MÍNIMO DE 20 E MÁXIMO DE 25 LINHAS

5

10

15

20

25